



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –
DEDC -CAMPUS I

LUCIANA FERNANDES SANDES

**O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS
SURDAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS.**

SALVADOR

2025

LUCIANA FERNANDES SANDES

**O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS
SURDAS: DESAFIOS.**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito parcial para aprovação no componente Trabalho de Conclusão de Curso II, sob orientação da Prof. Dr. Irzyane dos santos Cazumbá.

SALVADOR

2025

Ao meu Tio Edson Borges, minha primeira lição sobre inclusão, a minha família: Zenilda e Luciano Sandes, Liziane Sandes, Ana Clara Sandes, Calebe Sandes e Liz Sandes.

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Dados fornecidos pelo autor

Sandes, Luciana Fernandes.

O papel da escola na promoção da saúde mental de crianças surdas: desafios / Luciana Fernandes Sandes. – Salvador, 2025. 50 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus I, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Irzyaue dos Santos Cazumbá.

1. Escolas. 2. Crianças surdas. 3. Formação. 4. Professores. 5. Língua Brasileira de Sinais. 6. Saúde mental.

CDD: 107

Luciana Fernandes Sandes

O papel da escola na promoção da saúde mental de crianças surdas: Desafios.

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de em Licenciatura em Pedagogia Campus I, Salvador, da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação do (a) Profa. Irzyane dos Santos Cazumbá.

Aprovada em: 22/07/2025

Banca Examinadora:




Prof. (a) Dr. (a) Irzyane dos Santos Cazumbá

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof. (a) Esp. Ana Paula Piedade e Melo

Universidade do Estado da Bahia — UNEB



Prof. (a) Dra. Sandra Regina Rosa Farias

Universidade do Estado da Bahia — UNEB

AGRADECIMENTOS

Agradeço A DEUS imensamente por permitir que eu realizasse esse trabalho. Agradeço a UNEB pela excelência do ensino. Agradeço aos meus professores e professoras de toda a vida.

Agradeço aos meus pais, minha irmã, minha filha e meus sobrinhos as motivações da minha caminhada. Agradeço as professoras: Irzyane Cazumbá, Cláudia Paranhos, Janeide Medrado, Miralva Silva, por me mostrarem a fundo a inclusão e o mundo da criança. Agradeço a psicóloga bilíngue Ana Paula pelo tempo e atenção dedicados, a me ajudar a realizar esse trabalho.

Resumo

A saúde mental de crianças surdas configura-se como um campo de estudo e intervenção de elevada complexidade, demandando uma abordagem atenta por parte do ambiente escolar, da família e de profissionais especializados. A colaboração intersetorial entre esses atores é crucial, para assegurar o acompanhamento adequado e o desenvolvimento integral dessas crianças. Para minimizar os impactos negativos sobre esses indivíduos e proporcionar um suporte emocional robusto, aliado a estratégias pedagógicas que contemplem suas necessidades, são fundamentais: o reconhecimento e o uso efetivo da Língua Brasileira de Sinais. A integração da temática da saúde mental no currículo escolar; a criação de um ambiente escolar acolhedor; o estabelecimento de relações afetivas positivas entre família, escola e as crianças; a capacitação de professores e funcionários; a presença de psicólogos escolares bilíngues permeiam essa pesquisa que fundamenta-se em um referencial teórico que abrange a complexidade da surdez sob perspectivas linguísticas, culturais, desenvolvimentistas e de saúde mental, com foco na atuação da comunidade escolar, foram usados os seguintes autores; Quadros e Perlin (2007), Casali (2012), Anchieta (2020), Vygotsky (1994) Bowlby (1981), Gesser (2006), Quadros (2022), Da Silva E Silva (2014) Estanislau & Bressan (2014), Martinez (2010), Pereira (2009), Cardoso (2020). Como metodologia, optou-se por uma pesquisa exploratória na abordagem qualitativa, porém devido às dificuldades de acesso às escolas e à comunidade escolar foi realizada uma revisão de literatura com constatação de pouca produção acadêmica sobre o tema, junto à revisão bibliográfica, foi feita uma consultoria e entrevista com psicóloga bilingue para efetivar o Trabalho.

Palavras-chave: Escolas; Crianças surdas; Formação; Professores; Língua Brasileira de Sinais; Saúde mental.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the mental health of deaf children through the actions of the school community, considering the linguistic, cultural, and social challenges that this reality presents. The study is based on a theoretical framework that discusses deafness in different dimensions—linguistic, cultural, developmental, and mental health—based on authors such as Quadros and Perlin (2007), Casali (2012), Anchieta (2020), Vygotsky (1994), Bowlby (1981), Gesser (2006), Quadros (2022), Da Silva and Silva (2014), Estanislau and Bressan (2014), Martinez (2010), Pereira (2009), and Cardoso (2020). The methodology adopted was qualitative and exploratory. Due to the difficulties in directly accessing schools and the school community, a literature review was conducted, supplemented by an interview and consultation with a bilingual psychologist, to address the lack of research on the topic and enrich the analysis. The results demonstrate that promoting the mental health of deaf children in the school environment still faces significant barriers, especially linguistic and cultural ones. The need was identified to strengthen the effective use of Brazilian Sign Language, incorporate mental health into the school curriculum, invest in ongoing teacher training, and ensure the presence of bilingual professionals capable of providing comprehensive support to children.

Keywords: Schools; Deaf children; Training; Teachers; Brazilian Sign Language; mental health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNE – plano nacional de educação

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases Nacional

INES – Instituto Nacional de Educação de surdos.

SUS – Sistema Único de Saúde.

CFP – Conselho Federal de Psicologia.

CESBA – Centro de Surdos da Bahia.

AESOS – Associação Educacional Sons no Silêncio.

ZDP – zona de desenvolvimento proximal.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
2- CRIANÇAS SURDAS:QUE DIFERENÇA É ESSA?.....	17
2.1 Desenvolvimento social e cognitivo da criança surda.	18
2.2. Família	21
2.3 Libras.	22
2.4 Direitos da criança surda.	24
3- EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA.....	26
3.1 A escola regular	26
3.3 Escolas regulares e inclusivas.	28
3.2 Escolas bilíngues	30
4- SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS SURDAS NO CONTEXTO ESCOLAR.	32
4.1 Saúde mental na escola	33
4.2 Psicólogo escolar.....	34
5- SURDOS, SAÚDE MENTAL E ESCOLAS: UMA QUESTÃO COMPLEXA...	
6- METODOLOGIA.....	40
7- ANÁLISE DE DADOS.....	41
7.1 Problemas Subjacentes.	42
7.2 A função do Pedagogo.	44
7.3 Uma questão complexa.	44
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
9- REFERÊNCIAS.	49

1. Introdução

O papel da escola na promoção da saúde mental de crianças surdas: desafios. Este é um tema complexo, especialmente devido ao vínculo entre família e escola. A escola, como um dos principais espaços de socialização e desenvolvimento, desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar emocional e psicológico dos alunos. No entanto a comunidade escolar enfrenta desafios e necessita de estratégias para colaborar na prevenção e tratamento de doenças mentais que impactam o desenvolvimento social, emocional e comportamental saudável da criança.

Associada à escola, está a família, o primeiro local de socialização da criança e o principal ambiente responsável por oferecer apoio emocional, estímulo à comunicação através da Libras e acesso à comunidade surda. Isso permite que a criança desenvolva a sensação de pertencimento e identificação com seus pares e, assim, entenda que pode ser um adulto funcional, como qualquer ouvinte.

A dificuldade em tratar do tema também está associada à carência de materiais informativos, com as especificidades da população surda, à formação e capacitação de profissionais que lidam com esse público e à lentidão do poder público em inserir a Libras de maneira específica nas escolas.

Este trabalho pretende analisar a intersecção entre os agentes da educação, a Língua Brasileira de Sinais e a promoção da saúde mental, para compreender como a comunidade escolar, pode proporcionar um impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem da criança surda.

Ao assistir e analisar o filme “Sou Surda e Não Sabia” — uma atividade proposta na disciplina de Libras, da minha formação em Pedagogia —, um documentário francês produzido em 2009 e dirigido por Igor Ochronowicz, observei o sofrimento de Sandrine, uma mulher surda, que na infância, não se sentia vista. Havia nela o desejo de ser aceita por sua família e pela sociedade e como a inclusão não acontecia, a tristeza era profunda. Ela tinha como amigos apenas os adultos, que tinham por objetivo pedagógico fazê-la falar, sem sucesso, o que gerou na criança uma angústia que perdurou por muito tempo.

O documentário traz questões importantes sobre a surdez, narradas pela personagem principal, que reflete sobre a Língua de Sinais, a inclusão de crianças

surdas e a aceitação da família e da sociedade, pois sem essa interação, a criança vive em sofrimento psíquico durante anos, comprometendo sua infância e enfrentando muitas dificuldades para se desenvolver cognitivamente e socialmente.

Os vários aspectos relevantes deste documentário, que foi a principal motivação para esta pesquisa, foram: o sofrimento enfrentado pela criança surda durante anos, por falta de acesso à Língua de Sinais do seu país, marcando sua infância, com uma angústia existencial que a impede de se desenvolver em muitos aspectos (como atenção, linguagem, raciocínio e resolução de problemas).

Há também a figura dos pais de Sandrine, que não aceitam a surdez de sua filha pela falta de informação e compreensão sobre como ajudar em seu processo de inclusão, assim como os pais, os professores eram completamente alheios à situação da criança surda. O relato nos mostra a incapacidade da comunidade escolar de ajudá-la em suas intervenções, por não ter a capacitação necessária, nem o suporte, que deveria ser disponibilizado pelo poder público naquele momento. Esses fatores primordiais embasaram a necessidade de trazer informações sobre o tema, pois no Brasil, há poucas pesquisas acadêmicas sobre a saúde mental de pessoas surdas.

Durante a primeira infância, a personalidade da criança surda se forma e se fundamenta com base nos seguintes fatores: família, escola, sociedade e Libras. Quando não há esse vínculo, a chance de distúrbios psicológicos atuais ou futuros influencia o bem-estar mental, como evidenciado por uma análise detalhada dos autores a seguir.

Através de levantamento bibliográfico, percebo que há poucos estudos brasileiros relacionando atendimento psicológico e surdez, existindo, assim, uma carência de estudos considerando a cultura dessa população e suas necessidades em saúde (Casali, 2012, p.41).

Dentre os trabalhos citados, há um período de oito anos entre eles, e nenhuma mudança foi constatada ao longo desse tempo, como é possível perceber.

Não é novidade que o SUS (Sistema Único de Saúde) é inacessível para surdos, sendo este um dos agentes do bloqueio à saúde mental pública acessível a esse grupo. Todavia, somados a este fator, tem-se a escassez de profissionais que dominem a Língua Brasileira de Sinais e a ausência de TILS (Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais), o que agrava a falta de assistência a esse público (Anchieta, v. 6, n. 6, p. 01–13, 2020).

É importante ressaltar que crianças surdas não estão imunes às doenças mentais que afetam a população em geral. No entanto, se a comunidade escolar não tiver comunicação estabelecida através da Libras e capacitação necessária para lidar com os possíveis problemas, a tendência será a de enfrentar muitas dificuldades na interação social, comunicação e inclusão na sociedade, propiciando o desenvolvimento de problemas de saúde mental.

O objetivo principal deste estudo é investigar e compreender como as escolas na Bahia lidam com os desafios durante o processo de ensino-aprendizagem de crianças surdas, com ênfase na promoção da saúde mental nesse grupo etário (6 a 10 anos). O propósito é contribuir com informações que sensibilizem para práticas educacionais voltadas para crianças surdas.

Durante a pesquisa, foram elencados outros objetivos, dentre os quais se destacam:

1. Investigar aspectos da formação de professores e profissionais para lidar com questões de saúde mental entre alunos surdos.
2. Discutir a necessidade de professores promoverem a saúde mental de crianças surdas por meio das práticas pedagógicas.
3. Investigar a conexão entre família, comunidade escolar e o uso da (Libras) na promoção do bem-estar emocional de crianças surdas.

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa nas escolas bilíngues, com interação junto a comunidade escolar, entrevistas e observação durante as aulas, essa metodologia fora adotada por permitir a compreensão profunda de fenômenos sociais, culturais e humanos, valorizando a interpretação e o significado atribuído pelos indivíduos às suas experiências.

Optei por essa metodologia devido aos escritos de Flick (2009), sobre a essência da pesquisa qualitativa, que está na interpretação, sendo o pesquisador parte ativa do processo investigativo. Isso significa que a coleta e a análise dos dados envolvem uma postura reflexiva, na qual o pesquisador reconhece sua influência sobre a construção do conhecimento.

Entretanto, Durante a elaboração do projeto desse trabalho, enfrentei desafios significativos relacionados ao acesso nos espaços educacionais que atendem crianças surdas, estas por tratarem de instituições que atendem um público específico e vulnerável, houve exigências burocráticas rigorosas. Essas barreiras no acesso à comunidade escolar comprometeram a interação com os participantes e a coleta dos

dados não foi realizada, sendo feito uma consultoria e entrevista com psicóloga bilíngue durante o semestre 2025.1.

As contribuições dessa profissional foram de fundamental importância para incluir a figura do psicólogo bilíngue na discussão, justamente por se tratar da temática que envolve surdos e saúde mental, pois é importante pontuar que esse profissional esteja apto a trabalhar com esse grupo específico.

Devido as dificuldades relatadas acima para execução da pesquisa, fora realizada uma revisão bibliográfica, que me permitiu examinar as contribuições existentes sobre o tema investigado, para construção do texto.

Para os pedagogos do Brasil, compreender a realidade da criança surda e a promoção de sua saúde mental, significa assumir a responsabilidade de promover uma educação que reconheça e valorize a Língua Brasileira de Sinais, trabalhando juntos para lidar com as especificidades culturais da surdez e articulando uma rede de apoio eficaz entre escola, família e profissionais de saúde.

2 - CRIANÇAS SURDAS: QUE DIFERENÇA É ESSA?

A pesquisadora Audrei Gesser, em seu trabalho, defende que a surdez não é uma deficiência, mas uma diferença linguística. As crianças surdas precisam de uma língua visual a Libras, para se comunicar, aprender e se desenvolver. A autora destaca a importância de que essas crianças tenham acesso à Libras desde cedo, preferencialmente dentro da família. Quando os pais aprendem Libras junto com os filhos, fortalecem o vínculo afetivo e evitam o isolamento. Gesser (2006).

A autora também fala sobre a identidade e a cultura surda, e como a criança surda, que convive com outros surdos, se reconhece como parte dessa comunidade e acaba por construir uma identidade positiva. Gesser (2006).

A surdez não é um problema para o surdo, e sim para uma sociedade que insiste em tratá-lo como deficiente. O desafio real está na falta de acessibilidade e no preconceito linguístico. Com acesso à Libras e respeito à sua cultura, a criança surda pode crescer com autonomia, autoestima, pensamento crítico e ser capaz de desenvolver e potencializar suas habilidades. Gesser (2006).

Outros autores que serviram de aporte para esse trabalho foram: Carlos Skliar e Lodenir Karnopp com suas contribuições para a compreensão sobre a educação de surdos.

Skliar propõe que a surdez seja vista como uma diferença linguística e cultural. Ele defende uma "metamorfose" da escola, onde a instituição se transforma para acolher a alteridade, em vez de exigir que o aluno surdo se adapte a um padrão ouvinte, para Skliar, a escola deve ser um encontro ético com essa diferença, onde o professor desenvolve uma "escuta pedagógica" sensível, Skliar (2010,2003).

Já a obra de Lodenir Karnopp aborda o Bilinguismo e Biculturalismo ressaltando a importância de uma abordagem bicultural, na qual a escola não só ensine duas línguas, mas também respeite e promova a interação entre a cultura surda e a cultura ouvinte para esse autor nos apresenta a surdez como uma experiência cultural e identitária específica. Karnopp (2008,2019).

Esses autores me fizeram Compreender o surdo não como um "ouvinte falho", mas dotado de identidade linguística e cultural própria com uma percepção de sua comunicação e participação social próprias, além de romper em meus pensamentos sobre modelos educacionais centrados exclusivamente na oralidade e no padrão ouvinte.

2.1 Desenvolvimento social e cognitivo da criança surda

Para realizar a pesquisa, tomarei como base o processo de ensino/aprendizagem que inclui aquele que aprende, aquele que ensina e a relação construída neste processo, fruto das experiências de cada indivíduo, segundo Vygotsky (1994) que enfatizou o papel significativo do ambiente social no desenvolvimento da criança, argumentando que as interações com os outros são fundamentais para o crescimento intelectual. Vygotski acreditava que a aprendizagem acontece através da interação social e do engajamento em atividades colaborativas com pessoas mais experientes.

Outro ponto importante destacado pelo autor é o conceito de "instrumentos psicológicos", como a linguagem, a escrita e as ferramentas culturais, que mediam o pensamento e o comportamento das crianças, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e permitindo que as crianças internalizem conceitos e ideias por meio da mediação social, ademais Vygotski reconheceu a importância da cultura e do contexto social no desenvolvimento da criança. Para o autor, o desenvolvimento cognitivo não pode ser separado do ambiente sociocultural em que a criança está inserida. As práticas culturais, os valores e as crenças de um determinado grupo influenciam e moldam a forma como as crianças pensam, aprendem e se desenvolvem Vygotsky (1994).

Suas teorias sobre o desenvolvimento cognitivo e a importância da mediação social no aprendizado oferecem uma base sólida para pensar a inclusão de alunos surdos no ambiente educacional. Sua teoria sobre a zona de desenvolvimento proximal (ZDP), espaço entre o que o aluno consegue fazer sozinho e o que ele pode alcançar com o apoio de um adulto ou de colegas mais experientes é vital para o desenvolvimento dos objetivos de inclusão. O autor ressalta a importância da linguagem, que desempenha um papel central no desenvolvimento cognitivo, ajudando os alunos a expressarem suas necessidades e pensamentos. Vygotsky (1994).

Ronice Muller, especialista no tema libras, aprofundou os estudos sobre o desenvolvimento das crianças surdas, explanando sempre a importância crucial da família no desenvolvimento cognitivo dessas crianças, fornecendo apoio emocional, linguístico e educacional.

O envolvimento da família é essencial para o sucesso educacional e social das crianças surdas, portanto, é fundamental que as famílias também aprendam e valorizem a Libras. Nas pesquisas de Ronice Muller, a escola é o ambiente onde as crianças surdas recebem educação formal, e escolas inclusivas que oferecem suporte bilíngue (português-Libras) tendem a proporcionar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento integral dessas crianças. (Quadros,2022).

Esses temas estão interligados e são fundamentais para entender a experiência e as necessidades das crianças surdas, bem como para promover práticas educacionais inclusivas e eficazes. A referida autora destaca também o respeito à identidade e à cultura dos surdos, e a colaboração entre escolas, famílias e a comunidade como parte fundamental no alcance dos objetivos, que incluem a promoção de um ambiente educacional inclusivo para crianças surdas, por meio do uso da Libras e do apoio de profissionais da comunidade escolar.

É imprescindível também a formação de professores que partilhem do mesmo universo referencial das crianças surdas, para que elas possam estabelecer suas identidades e construir suas relações sociais, linguísticas e culturais com seus pares. Quadros (2008).

"A educação de surdos não pode mais continuar refém da falta de conhecimento dos profissionais que estão envolvidos na educação de surdos. Temos muito a fazer no processo de alfabetização e no ensino da língua de sinais para garantir a aquisição da leitura e escrita das crianças surdas.". Quadros (Textura, Canoas, n. 3, p. 53-62, 2000.)

Ronice Muller garante que é possível que essas crianças tenham oportunidades plenas de aprendizado e interação, a partir do acesso a uma língua plena como a língua de sinais desde cedo, favorecendo a construção de conceitos e a capacidade de comunicação, fortalecendo a identidade das crianças e auxiliando na construção de uma autoestima positiva. (Quadros, 2022).

A renomada pesquisadora, que é brasileira, tem contribuído significativamente para o entendimento da educação de surdos no Brasil e no mundo, sendo uma referência importante nessa área. Suas contribuições incluem:

- Metodologias de Ensino: desenvolvimento de práticas pedagógicas que incorporam Libras de forma eficaz nas salas de aula.
- Capacitação de Educadores: formação de professores para atuar com crianças surdas, abordando tanto a língua quanto a cultura surda.

- Pesquisas sobre Desenvolvimento Infantil: investigações sobre as etapas do desenvolvimento infantil em surdos e a importância do acesso à linguagem de sinais.

Obviamente, crianças surdas enfrentam desafios únicos de comunicação e aprendizagem, quando fazem parte de uma escola de inclusão que não fala sua língua natural, no entanto possuem habilidades e potenciais únicos que podem ser desenvolvidos com o suporte adequado.

Para tanto, o acesso à Libras desde cedo pode melhorar o desempenho acadêmico, uma vez que conseguem se expressar e compreender melhor as informações. (Quadros, 2022).

Outra importante contribuição neste trabalho são as concepções do desenvolvimento infantil de Bowlby (1981), indispensáveis para dissertar sobre apego, interação familiar, escola, saúde mental e de que forma essa interação desenvolve social, cognitiva e psicologicamente os indivíduos. A teoria do desenvolvimento infantil com base nas relações de afeto proposta por John Bowlby é conhecida como a teoria do apego. Essa teoria enfatiza a importância das relações afetivas e emocionais na formação saudável do desenvolvimento infantil. Bowlby (1981).

Ainda segundo Bowlby (1981) a criança tem uma necessidade básica de se sentir segura e protegida, e essa segurança é fornecida por uma figura de apego, geralmente a mãe, estendendo-se a seus cuidadores e professores.

A presença constante de uma figura de apego proporciona à criança uma base segura a partir da qual ela pode explorar o mundo” (BOWLBY, 1984, p. 35).

O apego é uma relação emocional intensa e duradoura, na qual a criança busca proximidade física e afetiva com a figura de apego quando se sente ameaçada ou insegura. As relações de afeto entre a criança e a figura de apego são fundamentais para o desenvolvimento emocional e social saudável. Essas relações fornecem um ambiente seguro e estável no qual a criança pode explorar o mundo, adquirir habilidades e desenvolver a confiança em si mesma. Bowlby (1981)

A questão do afeto e do aprendizado infantil é central para várias teorias e práticas em educação, especialmente quando consideramos os trabalhos de teóricos como John Bowlby, Ronice Muller e Lev Vygotsky.

A interseção entre afeto, aprendizagem infantil e figuras de apoio (como família e professores) é essencial para o desenvolvimento saudável das crianças. As contribuições teóricas desses autores demonstram que um ambiente emocionalmente seguro e socialmente interativo promove o aprendizado de forma significativa, reforçando a importância da colaboração entre família e escola para criar contextos que favoreçam o crescimento e o desenvolvimento saudável da criança surda.

2.2 Família

A surdez na infância é um tema confuso para as famílias, pois envolve questões emocionais, sociais e práticas no dia a dia. A aceitação e o apoio dos pais e familiares são fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança e para que ela se sinta integrada e confiante. (Gesser, 2006).

Os pais, muitas vezes, se sentem perdidos ao receber o diagnóstico de surdez de uma criança, vivenciando o luto por uma realidade antes impensada. Esse luto é um processo natural e compreensível, os pais podem se deparar com sentimentos de:

- **Frustração**, por não poderem compartilhar com o filho a experiência do mundo sonoro da forma que imaginavam;
- **Medo**, do desconhecido, dos desafios que a surdez pode trazer para o desenvolvimento do filho e para a dinâmica familiar;
- **Culpa**, que também se faz presente na vida dos pais ou cuidadores de crianças surdas. Essas pessoas se questionam o tempo todo se poderiam ter feito algo para evitar a surdez ou por sentirem que não estão preparadas para lidar com a situação, enfrentando a perda da expectativa de ter um filho ouvinte e a necessidade de ressignificar seus planos e sonhos.

Os escritos de Gesser nos oferecem um panorama desses conflitos vivenciados pelos familiares.

Essas trajetórias, conflituosas e contraditórias para ambas as partes, delineiam caminhos muitas vezes tortuosos, repletos de ambiguidades, fissuras e matizes, às vezes marcados pelo amor, doação, sensibilidade e proteção; outras vezes marcado pela culpa, privação, intolerância e preconceito. (Gesser, 2006, p.203).

A aceitação e o entendimento são fundamentais para a família. Os pais devem se permitir vivenciar esse luto, reconhecendo e acolhendo seus sentimentos, negar

ou reprimir a dor pode prolongar o processo e dificultar a aceitação da surdez do filho. Esse é um processo de resignificação, em que os pais aprendem a lidar com a nova realidade e a valorizar o filho em sua totalidade, com suas potencialidades e singularidades. (Gesser, 2006).

É comum surgirem dúvidas sobre como isso impactará o desenvolvimento da criança, especialmente na comunicação e na socialização. No entanto, buscar apoio da comunidade surda e o acompanhamento de um profissional de saúde mental ajuda no processo de compreensão e aceitação dessa realidade.

Esse acolhimento aumenta a autoconfiança e reduz o impacto emocional da surdez na vida da família e da criança. (Gesser, 2006).

Outro nome importante trazido nesse trabalho é o de Karen Strobel sua obra apresenta importantes convergências com o de Audrei gesser, pois em suas perspectivas sobre a cultura surda, a identidade surda e a educação bilíngue .Ambas autoras , cada uma a seu modo, desafiam a visão tradicional da surdez e a resignificam como uma experiência cultural e linguística única. Para Strobel a cultura é o alicerce para a construção da identidade surda .Tanto Strobel (que é surda) quanto Gesser defendem o protagonismo da pessoa surda em sua própria educação e na construção de sua história. O trabalho das autoras se alinha à minha perspectiva de que uma educação efetivamente inclusiva só pode ser alcançada por meio do protagonismo surdo.

2.3 Libras

A Libras é de extrema importância para que as pessoas surdas possam se comunicar e interagir em sociedade, pois é natural ao cérebro das pessoas surdas, por ser uma língua visual, assim como a língua oral é natural ao cérebro dos ouvintes.

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como a língua natural das pessoas surdas, caracterizando-se por possuir uma estrutura gramatical e léxica própria, distinta da língua oral.

Segundo Gesser (2009), compreender a Libras como uma língua legítima é fundamental para a valorização da identidade surda e para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Refletir sobre sua importância significa reconhecer que o acesso à linguagem, em sua forma visual-espacial, é essencial para o

desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos surdos, assegurando-lhes o direito à comunicação e à plena participação na sociedade. (Gesser, 2006).

A Libras possibilita que as pessoas ouvintes também aprendam a se comunicar com os surdos, promovendo a inclusão social e a quebra de barreiras comunicacionais, ela proporciona maior acessibilidade às pessoas surdas, facilitando a comunicação e garantindo que tenham seus direitos respeitados. (Gesser, 2006).

Em seus trabalhos de pesquisa, Ronice Müller destaca a importância da aquisição precoce da Libras como crucial para o desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e emocional da criança. Ela defende a educação bilíngue, que utiliza a Libras como primeira língua e o português como segunda, na forma escrita, como o modelo mais adequado para a educação de surdos.

Quadros também ressalta a importância da formação de professores e da produção de materiais didáticos em Libras para garantir uma educação de qualidade para os alunos surdos. Suas obras têm sido fundamentais para a formação de profissionais da área da educação de surdos e para a implementação de políticas linguísticas e educacionais mais inclusivas. Reconhecer e valorizar a importância da Libras é uma forma de garantir a diversidade cultural e de promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária, possibilitando a comunicação, a interação e a participação plena das pessoas surdas no dia a dia (Quadros, 2022).

A educação bilíngue legitima a surdez como experiência visual e reconhece a língua de sinais como a primeira língua da criança surda... O bilinguismo, no contexto da educação de surdos, significa a aquisição e o desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua e, concomitantemente, o aprendizado da língua portuguesa escrita como segunda língua. Quadros (Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 26-36.).

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a inclusão da Libras como disciplina curricular na formação de professores e ressalta que o poder público e as instituições devem promover a disseminação e a valorização dessa língua. A formação de profissionais bilíngues em todas as áreas, inclusive pessoas surdas, é fundamentada nesse documento para garantir a acessibilidade de todos.

Por meio da língua de sinais, as crianças surdas têm a possibilidade de se expressar, fazer perguntas, contar e ouvir histórias, compartilhar emoções e ideias, estabelecer relacionamentos pessoais e profissionais. Ela é a principal forma de comunicação utilizada pela comunidade surda, permitindo que essas pessoas

participem ativamente de todos os aspectos da vida em sociedade.

2.4 Direitos da criança surda

É importante que os familiares estejam abertos a buscar informações com profissionais especializados e associações para entender as opções de apoio educacional, psicológico e identitário, a fim de auxiliar e acompanhar as dificuldades e conquistas da criança, reforçando a ideia de que a surdez é uma característica, e não uma limitação de quem ela é.

Um ponto importante e essencial a ser abordado é o entendimento da lei e dos direitos da criança e da pessoa com deficiência. A aplicabilidade da lei atinge a todos, independentemente de seu papel na sociedade, isso inclui família, escola e comunidade, portanto, não há argumentos que justifiquem a escola não desenvolver um trabalho inclusivo com crianças surdas, pois é responsabilidade da comunidade escolar cumprir os preceitos legais.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação dos surdos, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que trata dos direitos das pessoas com deficiência, assegurando-lhes inclusão social e cidadania, foram promulgadas para garantir esses direitos. A referida lei oficializou a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão no Brasil. Ela reconhece a importância da Libras, como um instrumento fundamental para a inclusão e acessibilidade das pessoas surdas na sociedade, garantindo também o direito ao uso e à difusão da Libras em instituições de ensino, órgãos governamentais, serviços de saúde, mídia televisiva, entre outros.

Ao reconhecer a Libras como uma língua oficial, a citada lei assegura o direito das pessoas surdas de se comunicarem em sua língua materna, garantindo assim a igualdade de oportunidades e o pleno exercício da cidadania. A citada lei, também estabelece que o poder público brasileiro deve adotar medidas, para garantir o ensino da Libras como disciplina curricular nas escolas.

Com isso, busca-se ampliar a alfabetização e a inclusão de pessoas surdas na sociedade, portanto, a Lei nº 10.436 é de extrema importância para a valorização e inclusão das pessoas surdas, reconhecendo seus direitos linguísticos e promovendo a igualdade de oportunidades em diversos aspectos da vida em sociedade.

Ainda no âmbito desta lei, temos também o direito da pessoa surda ao intérprete de Libras. Esse profissional é um facilitador na comunicação do surdo nos locais onde se encontra.

No entanto, ele não é apenas uma ponte linguística: é um agente que garante a cidadania do surdo, promovendo a transposição da língua portuguesa para a língua de sinais e vice-versa. O intérprete assegura que a pessoa surda compreenda o que está sendo dito em reuniões, vídeos, consultas médicas, palestras e eventos diversos, ou seja, garante ao surdo participar ativamente da vida em sociedade.

Por fim, temos a educação como direito fundamental, garantido pela Constituição Federal de 1988. Essa, por ser a base e o respaldo para as demais leis do país, finaliza este tópico ao ressaltar os direitos de todos, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social. Seus pontos principais são:

- **Direito universal:** A educação é um direito de todos, sem discriminação.
- **Obrigação do Estado:** O Estado tem o dever de garantir o acesso à educação, promovendo sua universalidade e gratuidade.
- **Ensino básico obrigatório:** O ensino básico é obrigatório e gratuito.
- **Acesso ao ensino superior:** O Estado deve garantir o acesso ao ensino superior aos alunos que concluírem o ensino médio ou equivalente, de acordo com sua capacidade.
- **Liberdade de aprender e ensinar:** É garantida a liberdade de aprender e ensinar.
- **Participação dos pais:** Os pais têm o direito e o dever de participar da educação dos filhos.

A Constituição estabelece, assim, um quadro legal que visa assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua condição social, econômica, cultural, física ou qualquer outra.

3- EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA

A educação brasileira passou por diversas fases até alcançar o momento atual, em que a inclusão é considerada fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Há uma crescente conscientização sobre a importância de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Esse avanço, entretanto, ainda enfrenta barreiras significativas, como a falta de infraestrutura, a carência na formação de professores, a insuficiente capacitação da comunidade escolar e o preconceito. Essas dificuldades tornam-se ainda mais evidentes no caso das crianças surdas, que necessitam da promoção e valorização da Libras, além do reconhecimento das diferenças linguísticas existentes entre surdos e ouvintes (Quadros; Perlin, 2007).

3.1 A ESCOLA REGULAR ATÉ 1988.

A educação de surdos na escola regular sempre foi marcada por intensos debates sobre cultura e identidade. No período antigo e medieval, os surdos eram vistos como incapazes e ineducáveis, e, quando a educação ocorria, era dentro da família ou em contextos religiosos.

Nos séculos XVI e XVII, Pedro Ponce de León, na Espanha, foi um dos pioneiros na educação de surdos, ensinando-os a ler e escrever, utilizando sinais e oralização, posteriormente no século XVIII, Abbé Charles-Michel de l'Épée fundou, na França, a primeira escola pública para surdos, utilizando a língua de sinais natural dos surdos e desenvolvendo um sistema de "sinais metódicos" para ensinar a gramática do francês. Sua abordagem valorizava a comunicação visual e o desenvolvimento linguístico por meio dos sinais. (Fucamp,2019).

A partir de então, as escolas para surdos começaram a se espalhar pela Europa e pelas Américas, utilizando a língua de sinais francesa (manualista) ou a abordagem alemã (oralista).

No entanto, em 1880, o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, votou a favor do oralismo puro como o método universal para a educação de surdos, condenando o uso da língua de sinais. Isso levou à supressão brutal das

línguas de sinais nas escolas e à imposição da oralidade, causando um imenso retrocesso no desenvolvimento linguístico e social de gerações de surdos. O oralismo dominou a educação de surdos por quase um século. Em 1960, William Stokoe realizou uma pesquisa linguística que comprovou que as línguas de sinais são línguas naturais e completas, e não apenas um sistema de gestos. A partir desse trabalho, a comunidade surda, pais e educadores começaram a lutar pelo bilinguismo nas escolas e na sociedade, com o intuito de formar indivíduos capazes de transitar entre o mundo surdo e o mundo ouvinte. (Brasil, ministério da educação,2021).

Na década de 1990, temos a Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata dos métodos, técnicas e recursos diversos para atender sujeitos com necessidades educacionais especiais, a fim de melhorar as condições para sua inserção no ensino regular, assegurando, assim, seus direitos.

Em seguida, veio a Lei nº 13.146/2015, que reconhece os surdos como pessoas com deficiência sensorial (auditiva) e garante a eles os mesmos direitos fundamentais, com ênfase em acessibilidade, inclusão e comunicação. A Língua Brasileira de Sinais foi então reconhecida como meio legal de comunicação e expressão.

Teoricamente, o acesso à educação bilíngue é garantido e as escolas devem oferecer professores bilíngues, tradutores e intérpretes de Libras, bem como materiais adaptados, entretanto muitas vezes, as escolas apenas recebem esses alunos para não os excluir como a secretaria de educação determina

A escola realiza a matrícula dessas crianças e as encaminha para a sala de aula, o aluno surdo, por sua vez, muitas vezes não chega com uma bagagem de conhecimento, visto que muitos nunca aprenderam a ler o português e ainda não são fluentes em sua língua, a libras.

Esses fatos comprovam que é urgente realizar diversas reformas na educação, como: adaptações ao currículo, inovações coerentes nas práticas pedagógicas e avaliativas, gestão participativa, parceria com as famílias e formação de profissionais, para garantir uma educação de qualidade para surdos e ouvintes.

Para Mantoan, apud Freire (2015), as transformações necessárias para que a inclusão de fato ocorra são muitas e profundas, envolvendo questões pedagógicas, de gestão e de organização escolar.

Para Machado (2008) o desafio é:

Visualizar uma escola plural, em que todos que a integram tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e

econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores e produtos de uma cultura [...] pouco adianta a presença de surdos se a escola ignora sua condição histórica, cultural e social.) (MACHADO, 2008, p. 78).

Para o autor a escola deve ser consciente do seu papel na sociedade, justamente por ser a base de sua construção, o processo de aprender e ensinar caminha junto com a transformação dos sujeitos e da sociedade.

As ações na escola regular para atender às necessidades das crianças surdas foram um processo gradativo, que ainda está em andamento, evidentemente alguns progressos ocorreram, mas a escola regular ainda tem um longo caminho a percorrer.

3.2 Escolas Regulares e inclusivas.

A escola pública brasileira regular se firma até a Constituição de 1988, período em que se garante a educação a todos. Em 1996, com a LDB, surge o entendimento do que seria o cerne da inclusão, com as escolas bilíngues, instituições de ensino que adotam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda língua.

Após muita luta, na contemporaneidade, surgem as escolas inclusivas, aquelas que buscam garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras características.

Conforme as secretarias de educação estadual e municipal, essas instituições também adaptam o ambiente escolar, os currículos e as metodologias para atender às necessidades individuais de cada estudante, promovendo assim a participação plena e efetiva de todos.

As autoras (Da Silva E Silva, 2014) em seu trabalho de pesquisa, exploram o papel da Língua Brasileira de Sinais na educação de alunos surdos, a partir da perspectiva dos profissionais da escola. Seus estudos revelam que, embora haja um reconhecimento da importância da Libras, ainda existem desafios e diferentes concepções sobre seu uso no contexto educacional.

Principais Pontos Abordados pelas Autoras:

- **Reconhecimento da Libras:** Os profissionais da escola, em geral, reconhecem a Libras como a língua materna dos alunos surdos e sua importância para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social.

- **Desafios na Implementação:** A implementação do uso da Libras na escola enfrenta desafios como a falta de formação dos professores, a escassez de materiais didáticos em Libras e a dificuldade de comunicação entre alunos surdos e ouvintes.
- **Concepções sobre o Uso da Libras:** Há diferentes concepções sobre o uso da Libras na escola. Alguns profissionais defendem o bilinguismo, com a Libras como primeira língua e o português como segunda, enquanto outros priorizam o desenvolvimento da oralidade e veem a Libras como um recurso auxiliar. (Quadros, 2022).
- **Necessidade de Formação:** A formação dos professores para o ensino de Libras e para a inclusão de alunos surdos é apontada como uma necessidade urgente. Os profissionais relatam dificuldades em se comunicar com os alunos surdos, em adaptar o currículo e em utilizar metodologias que contemplem as especificidades linguísticas dos alunos.
- **Importância do Intérprete de Libras:** O papel do intérprete de Libras é destacado como fundamental para garantir a comunicação entre alunos surdos e ouvintes, para mediar o acesso ao conhecimento e para promover a inclusão na escola. (da Silva e Silva, 2014).

A presença do intérprete de Língua Brasileira de Sinais nas escolas é um elemento crucial para a efetivação da educação inclusiva de alunos surdos no Brasil, mais do que uma mera tradução, a atuação desse profissional garante o acesso à comunicação, ao conhecimento e à plena participação do estudante surdo no ambiente escolar.

Apesar da previsão legal, a presença do intérprete é muito rara em escolas regulares. Essa escassez de profissionais leva à sobrecarga daqueles que atuam nesse serviço, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem do indivíduo.

3.3 Escolas bilíngues

No Brasil, a história da educação de surdos teve início com a criação do Instituto de Surdos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundado em 26 de setembro de 1857 pelo professor surdo francês E. Huet, convidado pelo Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. O curso tinha

duração de seis anos e era oferecido a alunos de ambos os sexos, entre sete e dezesseis anos de idade.

No Rio de Janeiro, o INES foi, durante muito tempo, a única escola em nível federal destinada a surdos. Devido às suas pesquisas, metodologias e à formação tanto de surdos quanto de profissionais para atuar com esse público, tornou-se referência nacional. Por suas contribuições, o INES é reconhecido como um marco na promoção da inclusão, da valorização da cultura surda e do desenvolvimento pleno dos estudantes (QUADROS; PERLIN, 2007).

No início do século XX, houve uma crescente disseminação de escolas para surdos pelo país. As metodologias variavam: algumas instituições adotavam a língua de sinais, enquanto outras continuavam a enfatizar a oralidade. A partir da década de 1960, com o reconhecimento de que a comunicação deveria ser priorizada em detrimento da modalidade, o objetivo passou a ser garantir que o surdo tivesse acesso à informação e pudesse se comunicar de diferentes formas.

As instituições especializadas passaram a utilizar múltiplos recursos comunicativos, como fala, leitura labial, gestos naturais, mímicas, escrita e, sobretudo, a língua de sinais. Muitas vezes, porém, usava-se o português sinalizado, um sistema artificial que, embora tenha melhorado a comunicação e reduzido a frustração linguística de alguns estudantes, não equivalia a uma língua natural e completa como a Libras. Ainda assim, esse movimento abriu espaço para se pensar na figura do intérprete, mesmo que de forma incipiente e sem pleno reconhecimento da Libras.

Somente com a Lei nº 10.436/2002 o bilinguismo tornou-se realidade no Brasil, ao reconhecer oficialmente a Libras como meio legal de comunicação da comunidade surda. A partir de então, tanto as instituições públicas quanto as privadas passaram a ter a obrigação de atender às demandas dos usuários da Libras.

Mais recentemente, a Lei nº 14.191/2021 estabeleceu a modalidade bilíngue de ensino para surdos, reconhecendo a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda. Essa legislação também valoriza a identidade e a cultura surda, determinando sua promoção no âmbito dos sistemas de ensino.

No nível estadual, destacam-se importantes instituições:

- Em 1979, foi fundado o CESBA (Centro de Surdos da Bahia), que atua no combate ao preconceito, promove a Libras e oferece cursos, palestras e atividades voltadas ao fortalecimento da cultura surda.

- Em 1959, surgiu o CAS Wilson Lins, com uma longa trajetória no atendimento educacional especializado e na formação de profissionais para a comunidade surda.
- Em 2000, a Associação Educacional Sons no Silêncio (AESOS) foi criada por mães em busca de uma educação bilíngue adequada para seus filhos surdos, com foco também na profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Essas e outras instituições desempenharam papel fundamental ao oferecer ensino bilíngue e construir currículos adaptados às especificidades linguísticas e culturais dos surdos. Seus trabalhos possibilitaram avanços no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, além de difundir a Libras como patrimônio cultural e linguístico.

Atualmente, muitas dessas instituições passaram a funcionar como centros de apoio e recursos para escolas regulares, em vez de atuarem exclusivamente como escolas bilíngues. Essa transição está alinhada ao Plano Municipal de Educação (2016), que vem sendo implementado gradativamente, com foco na educação inclusiva.

Assim, as instituições especializadas hoje apoiam escolas regulares na adaptação curricular, na implementação de tecnologias assistivas e na formação de profissionais, garantindo que os alunos surdos tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, conforme informações oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Salvador e da Secretaria Estadual de Educação da Bahia.

4- SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS SURDAS NO CONTEXTO ESCOLAR

“A saúde mental infantil é essencial para o desenvolvimento saudável das crianças, influenciando diretamente seu comportamento, aprendizado e capacidade de estabelecer relações (Estanislau & Bressan, 2014, p. 26).”

De acordo com a pesquisa dos autores acima, a saúde mental das crianças na atualidade é um tema alarmante e requer a intervenção da escola, por esta desenvolver um trabalho privilegiado e contínuo (Estanislau & Bressan, 2014).”

O cenário atual impõe às crianças desafios que vão além do esperado para sua fase de desenvolvimento. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, 2022), os principais fatores que afetam negativamente a saúde mental são:

- Estresse familiar: conflitos entre os pais, separações, instabilidade financeira e negligência emocional.
- Ambiente escolar: excesso de cobranças, competitividade e bullying, tanto presencial quanto virtual.
- Tecnologia e redes sociais: o uso excessivo de telas pode causar isolamento, distúrbios do sono e dependência digital.
- Mudanças sociais e culturais: o ritmo acelerado da vida moderna e a exposição precoce a temas complexos impactam a formação emocional da criança.

No caso de crianças surdas, temos um agravante: a falta de comunicação que enfrentam na família, devido à ausência do uso da Libras, problema também presente na sociedade e na escola, aliado à incompreensão da cultura surda e da diversidade dentro dessa cultura.

4.1 Saúde mental na escola

A pesquisa de Anchieta sobre suicídio, surdez e saúde mental apresenta dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre esse grave problema de saúde

pública: o suicídio de crianças e adolescentes, além de atos de automutilação (Anchieta, 2020).

Esse comportamento geralmente começa na infância, estendendo-se pela adolescência e juventude, o que demonstra que surdez e depressão estão frequentemente relacionadas.

A surdez, em algum nível, pode levar a sentimentos de isolamento, solidão e dificuldade de comunicação com os outros. Isso pode resultar na deterioração da saúde mental e no desenvolvimento de sintomas de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno de conduta e agravamento do transtorno do espectro autista.

É importante que crianças surdas que estejam enfrentando sintomas de algum transtorno mental recebam ajuda profissional. É justamente nesse momento que a escola, ao perceber situações desse tipo, deve sinalizar aos familiares, para que comecem juntos um acompanhamento, a fim de evitar que os problemas avancem para a adolescência, um período extremamente delicado, no que diz respeito aos transtornos relacionados à saúde mental.

Um recurso valioso para a comunidade escolar é o Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil, que tem como objetivo reunir profissionais da área da saúde mental, educadores, pesquisadores, gestores, entidades, organizações da sociedade civil, além de familiares e usuários dos serviços de saúde mental. O evento promove debates, palestras, mesas-redondas e apresentações de trabalhos científicos, com o intuito de fomentar a troca de conhecimentos e experiências entre os participantes, buscando contribuir para a formulação de diretrizes e políticas públicas voltadas para a saúde mental infantojuvenil. (BRASIL, Ministério da saúde ,2014).

A escola é um dos espaços prioritários de atuação do Fórum, que defende a inclusão de alunos com transtornos mentais em classes regulares, com o apoio de profissionais especializados. O foco está na prevenção, diagnóstico e tratamento de transtornos e problemas psicológicos e emocionais que afetam essa população, representando uma oportunidade importante para ampliar o debate sobre a saúde mental de crianças e adolescentes, bem como para fortalecer a rede de cuidados e serviços voltados para essa área. (BRASIL, Ministério da saúde ,2014).

O Fórum também promove a capacitação de professores e demais profissionais da educação, para que possam identificar e acolher as necessidades de saúde mental dos alunos, além de desenvolver estratégias de prevenção e intervenção.

4.2 Psicólogo escolar.

Outra estratégia é a presença do psicólogo escolar, profissional que atua no contexto educacional aplicando conhecimentos da psicologia para promover o desenvolvimento integral dos alunos e o bem-estar da comunidade escolar.

O trabalho do psicólogo nessa forma institucionalizada de educação tem sido, já há alguns anos, nosso foco de análise (Martínez, Fariñas, 1993; Martínez, 1996, 2001, 2003a, 2003b, 2005, 2007), o que nos permite conceituar a Psicologia Escolar como: um campo de atuação do psicólogo (e eventualmente de produção científica) caracterizado pela utilização da Psicologia no contexto escolar, com o objetivo de contribuir para otimizar o processo educativo, entendido este como complexo processo de transmissão cultural e de espaço de desenvolvimento da subjetividade (Martínez, 2010, p.3).

Durante as consultorias com a psicóloga bilingue, foram trazidas algumas das ações que podem ser feitas pelo psicólogo escolar, ações que foram descritas nos trabalhos de; (Martínez, 2010), (Pereira, 2009) e (Cardoso,2020).

A atuação desse profissional abrange diversas áreas, como:

- **Apoio à Aprendizagem:** O psicólogo escolar pode auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizagem, investigando as causas do problema e propondo intervenções que facilitem o processo de ensino-aprendizagem. Ele também pode orientar os professores sobre estratégias para lidar com a diversidade em sala de aula e promover um ambiente de aprendizagem inclusivo.
- **Orientação Vocacional:** Em parceria com os professores, o psicólogo escolar pode auxiliar os alunos do ensino fundamental e médio na escolha de uma carreira, oferecendo informações sobre o mercado de trabalho, as profissões e os cursos de nível superior. Ele também pode ajudar os alunos a identificarem seus interesses, habilidades e valores, auxiliando-os a tomar decisões mais conscientes e assertivas sobre o futuro.
- **Promoção da Saúde Mental:** O psicólogo escolar atua na prevenção e no tratamento de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão,

bullying e uso de drogas. Ele pode oferecer atendimento individual ou em grupo aos alunos que necessitam de apoio emocional, além de desenvolver projetos e atividades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida na escola.

- **Mediação de Conflitos:** O psicólogo escolar pode auxiliar na resolução de conflitos entre alunos, professores e pais, buscando soluções que sejam justas e satisfatórias para todas as partes envolvidas. Ele atua como um facilitador do diálogo, promovendo a comunicação eficaz, o respeito e a empatia.

- **Formação de Professores:** O psicólogo escolar pode oferecer formação continuada aos professores, abordando temas como desenvolvimento infantil e adolescente, psicologia da aprendizagem, saúde mental na escola, inclusão e diversidade. Ele também pode auxiliar os professores a lidarem com o estresse e o burnout, promovendo seu bem-estar e sua qualidade de vida no trabalho.

- **Atendimento aos Pais:** O psicólogo escolar pode oferecer orientação e apoio aos pais, auxiliando-os a compreender o desenvolvimento de seus filhos, a lidar com os desafios da parentalidade e a estabelecer uma comunicação eficaz com a escola. Ele também pode mediar conflitos entre pais e filhos e encaminhá-los para serviços especializados, quando necessário.

- **Projetos e Intervenções:** O psicólogo escolar pode desenvolver e implementar projetos e intervenções que visem promover a saúde mental, o desenvolvimento social e emocional, e a prevenção de problemas comportamentais. Esses projetos podem abordar temas como bullying, violência, uso de substâncias, sexualidade, diversidade e inclusão.

Em suma, esse profissional desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento integral dos alunos e na construção de uma escola mais humana, inclusiva e acolhedora.

A Lei 13.935/2019 foi objeto de debate e resistência; entretanto, ela foi aprovada, estabelecendo a obrigatoriedade da presença de psicólogos na rede pública. No entanto, isso ainda representa uma barreira para uma educação verdadeiramente inclusiva, pois a carência de profissionais, a falta de recursos financeiros, a ausência de formação e capacitação, bem como a falta de

reconhecimento e valorização da profissão por parte das autoridades e da sociedade, tornam a inserção desse profissional na escola um tema ainda mais complexo.

Em sua pesquisa, Pereira (2009) trata da inserção que envolve os surdos, sua língua, sua cultura e de como as dificuldades já mencionadas se entrelaçam com as seguintes barreiras:

- **Dificuldade de comunicação:** Psicólogos que não dominam a Língua Brasileira de Sinais enfrentam uma das principais barreiras, comprometendo a qualidade do atendimento e o estabelecimento de uma relação eficaz com o público surdo.
- **Desconhecimento da cultura surda:** A cultura surda possui seus próprios valores, costumes e formas de expressão, muitas vezes desconhecidos pelos profissionais. Esse desconhecimento pode levar a interpretações equivocadas, posturas inadequadas e à negligência das necessidades específicas dos surdos (Pereira, 2009).

O trabalho de Cardoso (2020) aborda, de forma relevante, a temática das demandas escolares e a atuação do psicólogo na rede de serviços públicos inclusive educação.

A atuação do psicólogo na rede de serviços públicos, e em especial na educação, deve focar na análise e intervenção sobre as demandas escolares de forma contextualizada, superando a visão individualizante para compreender as dinâmicas institucionais, sociais e culturais que as produzem. A articulação com outros serviços e a promoção de estratégias coletivas são, portanto, eixos centrais para uma prática que se pretenda transformadora e realmente alinhada com as políticas públicas atuais. (Cardoso, 2020, p. 121).

Suas análises e reflexões contribuem significativamente para a compreensão dos desafios inerentes à prática profissional da psicologia nesse contexto e para a proposição de estratégias de intervenção mais eficazes.

A autora salienta que as demandas no ambiente escolar extrapolam as dificuldades de aprendizagem, englobando um espectro de questões complexas, estas incluem manifestações de violência, problemas de saúde mental, desafios de socialização, questões familiares e situações de vulnerabilidade social.

Cardoso examina o papel do psicólogo especificamente no contexto atual, considerando profissionais proficientes em Língua Brasileira de Sinais em diversos serviços, inclusive nas instituições de ensino. Ela enfatiza a imprescindibilidade de uma atuação interdisciplinar e em rede para o enfrentamento dessas complexidades.

Adicionalmente, são pontuados os desafios enfrentados por esses profissionais na prática, dentre eles: Destacam-se a sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos, a fragmentação dos serviços, a dificuldade na articulação com o ambiente escolar e a necessidade constante de lidar com demandas de caráter urgente e complexo.

Em termos de intervenção, a autora propõe estratégias que transcendem o atendimento individualizado. Tais abordagens compreendem o desenvolvimento de trabalhos com grupos, a oferta de orientação familiar, a promoção da formação de professores, a participação em projetos interdisciplinares e a atuação em rede com outros serviços. Esse estudo evidencia, portanto, a relevância da formação do psicólogo para atuar na área da educação.

Sublinha-se a necessidade de desenvolver competências que permitam lidar com a complexidade das demandas escolares, atuar de forma colaborativa em equipe e intervir eficazmente em contextos de vulnerabilidade social (Cardoso, 2020). É imprescindível investir na formação e qualificação dos profissionais, na produção de materiais adaptados e na promoção do respeito à cultura surda, para que a educação seja realmente inclusiva.

5 - SURDOS, SAÚDE MENTAL E ESCOLAS: UMA QUESTÃO COMPLEXA

A relação entre surdos, saúde mental e escolas é uma questão complexa, que envolve múltiplos aspectos socioculturais, educacionais e psicológicos. A experiência dos surdos no contexto escolar frequentemente se depara com desafios únicos, que vão desde barreiras linguísticas e de comunicação até questões de identidade cultural e inclusão. No caso desta pesquisa, ainda foram considerados os problemas subjacentes enfrentados por mim, durante a construção do projeto, que começou a ser idealizado no ano de 2019 e passou a ser redigido em 2023.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela criança surda na escola está o desafio sociocultural que se manifesta na forma como a sociedade e, por extensão, a escola, percebem e interagem com a surdez. A falta de acesso à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ambiente familiar e social muitas vezes isola a criança surda, dificultando a construção de sua identidade. Maria Cecília de Moura, em sua obra "O Surdo: caminhos para uma nova identidade", destaca a importância do contato com a comunidade surda:

A construção da subjetividade do ser surdo depende, fundamentalmente, da relação que eles estabelecem tanto com seus pares quanto com ouvintes e, nesse sentido, a presença de professores surdos na educação ganha relevância para a construção de uma percepção positiva da surdez pelos alunos"(MOURA, Rio de Janeiro: Revinter,2000).

Outro Desafio é o Educacional em que o principal obstáculo está na metodologia de ensino. A maioria das escolas adota o português como única língua de instrução, ignorando a Libras como a língua natural do aluno surdo. Isso cria uma barreira de acesso ao conhecimento e compromete o aprendizado. A pesquisadora Ronice Müller de Quadros defensora da educação bilíngue, argumenta sobre a necessidade de um modelo de ensino que valorize a LIBRAS como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2).

O bilinguismo na educação de surdos representa questões políticas, sociais e culturais. Nesse sentido, a educação de surdos em... [uma escola] deve ser uma proposta educacional que permite que a língua de sinais seja usada na sala de aula e no ambiente familiar, sendo a língua de sinais a L1 do surdo, e o português a L2, para que ele possa se integrar satisfatoriamente à comunidade ouvinte" (QUADROS, 2005).

A citação de Quadros enfatiza que a educação bilíngue vai além de uma questão linguística, sendo um pilar para a inclusão social e o desenvolvimento pleno do aluno surdo.

Os desafios socioculturais e educacionais culminam em impactos psicológicos significativos. A exclusão comunicacional, a dificuldade de pertencimento e a constante necessidade de adaptação a um mundo majoritariamente ouvinte podem gerar sentimento de frustração, baixa autoestima e até mesmo sofrimento psíquico.

Um estudo publicado na revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, com a coautoria de Daniele Nunes Henrique Silva, aponta a importância do suporte psicológico e pedagógico para lidar com essas questões.

"A singularidade visuoespacial do sujeito surdo: Implicações educacionais...[e] Surdez e sofrimento psíquico. Em busca de um cuidado a partir da pesquisa em uma abordagem psicoeducacional: Um estudo" (SILVA, 2010).

A pesquisa de Silva e sua equipe destaca a necessidade de uma abordagem psicoeducacional que reconheça a surdez como uma condição com especificidades visuais e linguísticas, e que ofereça suporte para o enfrentamento das dificuldades emocionais e sociais decorrentes da experiência escolar.

6-METODOLOGIA

Segundo Booth, Colomb e Williams (2008), a revisão bibliográfica não se limita a uma mera compilação de fontes, mas constitui uma análise crítica e integrativa da literatura pertinente ao tema de estudo. Através da revisão sistemática de artigos, livros e outros documentos, os pesquisadores não apenas identificam lacunas no conhecimento existente, mas também posicionam seu próprio trabalho dentro do contexto acadêmico atual.

Além disso, conforme destacado por Greenfield (2014), a revisão bibliográfica proporciona uma base teórica sólida para a pesquisa, permitindo aos estudiosos embasarem suas hipóteses e argumentos em teorias robustas previamente desenvolvidas. Essa base teórica não só legitima o trabalho acadêmico, mas também orienta o desenvolvimento metodológico e a interpretação dos resultados obtidos.

As leituras efetuadas foram no intuito de compreender a responsabilidade das escolas e das famílias na saúde mental e no desenvolvimento da criança surda, foi iniciado uma leitura reflexiva sobre as diferenças linguísticas das crianças surdas, com as bibliografias de Ronice Quadros Lodenir Karnopp e Carlos Skliar por estes trazerem a surdez como uma diferença linguística e cultural e O Papel da Escola como um espaço de acolhimento da diferença.

Em seguida foram feitas leituras sobre as concepções do desenvolvimento educacional infantil, relações afetivas na infância com a família, usando os escritos Vygotsky (1994) Bowlby (1981) e de Quadros e Perlin (2007), posteriormente foram trazidos os direitos das crianças surdas e o papel crucial da Libras na promoção da saúde mental desses indivíduos com suporte das leis brasileiras para garantir direitos aos surdos.

Seguindo o processo de aquisição do conhecimento foram incorporadas as percepções sobre a escola para surdos com um breve histórico usando se os escritos de Quadros (1997,2007,2025), então adentramos no tema saúde mental de surdos, com abordagem no papel do psicólogo e do pedagogo com uma leitura também reflexiva de: Da Silva E Silva (2014), Santos (2019), Pereira (2009) e Martinez (2010).

Ao final chegamos a problemática do texto narrando a complexidade do tema e as conclusões do estudo desejando que o material revisado e as minhas percepções neste estudo, colabore para uma educação de qualidade, proporcionando ambientes seguros e acessíveis onde as crianças surdas possam expressar suas emoções e compreendê-las.

7-ANÁLISE DE DADOS.

Na leitura dos dados é possível identificar um panorama complexo e interligado dos desafios enfrentados por estudantes surdos no contexto escolar. O estudo dos textos revela que as dificuldades não se restringem à ausência de audição, mas se manifestam de forma profunda nas dimensões social, pedagógica e emocional.

A surdez, em vez de ser vista apenas como uma deficiência, é entendida como uma característica que define uma cultura e uma identidade próprias. No entanto, o ambiente escolar tradicional, dominado por ouvintes, muitas vezes falha em reconhecer e nutrir essa identidade. A falta de exposição à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) desde a infância, especialmente em famílias ouvintes, isola a criança e dificulta sua autorrepresentação.

Como aponta Maria Cecília de Moura, a construção da subjetividade do sujeito surdo está intrinsecamente ligada à sua interação com outros surdos, o que torna a escola um espaço crucial para a formação dessa identidade, desde que haja a presença de pares e professores surdos. O contato com a comunidade surda e com a LIBRAS é fundamental para que o aluno desenvolva uma percepção positiva de sua própria condição.

Já no campo educacional as barreiras são concretas, principalmente devido à hegemonia do português falado e escrito. A maioria das escolas adota metodologias de ensino que não consideram a LIBRAS como a primeira língua (L1) dos alunos surdos, o que gera uma lacuna de aprendizado significativa. A educação bilíngue, que preconiza a LIBRAS como língua de instrução e o português escrito como segunda língua (L2), surge como a abordagem mais promissora.

A pesquisadora Ronice Müller de Quadros, defende que a educação bilíngue é mais do que uma questão pedagógica; ela é uma questão política e social. A adoção desse modelo de ensino permite que o surdo tenha acesso ao conhecimento em sua língua natural, além de fornecer as ferramentas para que ele se aproprie do português e possa interagir com a comunidade ouvinte de forma mais eficaz, sem que uma língua subtraia a outra.

E como resultado dessas dificuldades socioculturais e educacionais sobrevêm um impacto direto e profundo na saúde psicológica dos alunos surdos. A falta de comunicação efetiva, o sentimento de não pertencimento e a constante necessidade de se adaptar a um mundo sonoro podem levar a problemas como frustração, baixa autoestima e sofrimento psíquico.

As pesquisas de Daniele Nunes Henrique Silva e outros autores na área da psicologia escolar ressaltam a necessidade de uma abordagem psicoeducacional que ofereça suporte emocional ao aluno surdo. Reconhecer a singularidade visuoespacial do surdo e suas implicações no processo de aprendizagem e socialização é o primeiro passo para criar um ambiente que minimize o sofrimento e promova um desenvolvimento emocional saudável.

Os textos pesquisados indicam que a solução passa pela superação do modelo integracionista para um modelo genuinamente inclusivo, que valorize a LIBRAS e a Cultura Surda. Para isso, é fundamental a formação de professores, a presença de intérpretes de qualidade, o trabalho conjunto da comunidade escolar, a presença de psicólogos escolares com formação adequada e principalmente, a adoção de um projeto político-pedagógico que entenda a surdez em sua dimensão cultural e linguística.

7.1 Problemas Subjacentes.

A educação de surdos, a inclusão, a família, a saúde mental e a própria comunidade surda são temas sensíveis que requerem muito cuidado em sua abordagem. É necessário construir uma relação de confiança com a direção da escola, professores, pais e, principalmente, com os alunos surdos. Isso geralmente exige tempo e presença constante na comunidade, o que não foi possível devido às dificuldades que enfrentei no acesso às instituições, que em alguns casos, me deixavam aguardando por muito tempo sem qualquer resposta.

Houve situações em que toda a documentação solicitada foi enviada à escola, conforme solicitado pela instituição, e, junto à orientadora da pesquisa, os procedimentos foram realizados em total legalidade, porém não obtivemos respostas positivas, inclusive fui ignorada por algumas gestoras.

É compreensível que as instituições possuam rotinas e demandas intensas e que a inserção de uma pesquisa possa ser vista como uma interrupção ou um fardo adicional para a equipe, tomando o tempo das pessoas, no entanto é necessário pensar nos benefícios futuros para a comunidade surda, por meio de pesquisas que abordem sua cultura e sua língua, fazendo com que sejam conhecidas pela sociedade e abrindo espaços para uma comunidade ainda pouco visibilizada.

Em outras situações, o processo burocrático de acesso às escolas foi cumprido com toda a documentação exigida. Ainda assim, a autorização foi sendo postergada diversas vezes, gerando desgaste aos envolvidos, principalmente em relação ao cronograma da pesquisa, que requer tempo e planejamento para acontecer. Como resultado, houve a desistência em realizar a aproximação com as instituições e com as famílias, o que inviabilizou a realização de uma pesquisa baseada em dados e entrevistas.

Essas situações geraram desconforto e desânimo, pois percebo o quanto essa temática demanda mais e mais pesquisas que valorizem e coloquem o surdo no centro das discussões, sendo ouvidos de acordo com suas reais necessidades.

Outro entrave enfrentado nesta pesquisa foi a escassez de professores de Libras qualificados na universidade, o que gerou uma série de dificuldades que afetam diversos aspectos do ambiente acadêmico, como o desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão relevantes sobre a comunidade surda, envolvendo surdos, estudantes universitários e professores de Libras.

A superação dessa escassez exige um esforço conjunto de políticas públicas, investimentos na formação de professores de Libras, valorização da carreira docente na área e o reconhecimento da Libras como uma língua de ensino e pesquisa fundamental no ambiente universitário. Em nível nacional, enfrentamos a carência de cursos de licenciatura em Libras, que são essenciais para formar novos professores e intérpretes isso cria um ciclo vicioso, em que a falta de profissionais impede a formação de mais profissionais.

Essas barreiras estão imbricadas na complexidade do tema, que, apesar dos avanços legais, torna a transição do modelo atual para um mais adequado, uma luta constante.

7.2 A função do pedagogo.

A figura do pedagogo e sua função na sociedade têm passado por transformações significativas ao longo da história, refletindo as mudanças nas concepções de educação, desenvolvimento humano e nas demandas sociais. De um papel mais restrito e focado na instrução, o pedagogo evoluiu para um profissional com atuação ampla e estratégica em diversos contextos.

No Ensino Fundamental, seu papel é essencial para garantir a qualidade do processo educativo, tanto no apoio à comunidade escolar quanto no desenvolvimento dos alunos, além de mediador, sua ação está intimamente ligada à gestão escolar, aos estudantes e às suas famílias.

Na contemporaneidade, a função do professor deve estar vinculada à prática da diversidade e à inclusão dos sujeitos, sendo necessárias ações pedagógicas cotidianas voltadas a um público de alunos cada vez mais diversificado, que precisa reconhecer-se nas diferenças.

Essa relação não se baseia apenas em teoria e prática, mas também no papel afetivo do professor no desenvolvimento emocional e cognitivo dos alunos. O pedagogo, por ter um conhecimento mais aprofundado sobre o desenvolvimento infantil, tanto teórico quanto prático, tem grandes possibilidades de identificar transtornos de saúde mental em seus alunos. Com certeza o educador não é responsável pelo diagnóstico, pois não possui qualificação profissional para isso, além de ser uma tarefa bastante delicada, mas pode contribuir na identificação dos sintomas e na indicação para avaliação clínica.

Não se sugere aqui, portanto, que educadores tenham a responsabilidade de diagnosticar, ou mesmo sejam exigidos a aplicar qualquer tipo de conhecimento que não seja da área da educação. Porém, considerando que já atuam contemplando os aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais de seus alunos, conhecimentos selecionados em saúde mental, baseados principalmente em aspectos de promoção e prevenção, podem ser de grande utilidade na prática educativa, ao empoderar a figura do educador.

(Estanislau; Bressan, 2014, p.20).

Em sua teoria do apego, Bowlby (1950) nos apresenta o professor não apenas como transmissor de conhecimento, mas também como um agente formador de vínculos que impactam o desenvolvimento integral do aluno.

No ambiente escolar, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, o professor pode se tornar uma figura de apego secundária, com papel fundamental no bem-estar emocional da criança. Segundo o autor, o professor acolhedor oferece segurança emocional, permitindo que o aluno explore, aprenda e interaja, desenvolvendo empatia, autoestima e confiança, bases da educação significativa.

Já Quadros (1997) enfatiza que, em uma perspectiva bilíngue, o pedagogo assume um papel crucial que vai além do ensino tradicional. Ele é visto como um facilitador de interações entre alunos surdos e ouvintes, promovendo um ambiente de respeito e troca, gerando o reconhecimento da identidade e da cultura surda, fortalecendo a autoestima e o senso de pertencimento do aluno. Quando os professores não conseguem apoiar adequadamente a saúde mental dos alunos, isso pode ter consequências negativas para eles, como por exemplo: piores resultados acadêmicos, aumento do risco de problemas de saúde mental, dificuldades sociais e emocionais, maior probabilidade de abandono escolar.

7.3 Uma questão complexa.

A investigação da problemática que envolve crianças surdas, o contexto escolar e a saúde mental revelam uma interseção de fatores que dificultam a superação de barreiras significativas.

As barreiras de comunicação, manifestadas em todos os âmbitos escolar, familiar e social, juntamente com a escassez de suporte emocional adequado, tanto no ambiente doméstico quanto no educacional, e o acesso limitado a serviços de saúde mental cultural e linguisticamente acessíveis, constituem desafios proeminentes.

Adicionalmente, a percepção da carência de interesse do poder público em formular políticas abrangentes que contemplem as necessidades das pessoas surdas e o reconhecimento de sua língua, intensifica a persistência dessas barreiras.

No que diz respeito à formação docente, observa-se que os professores frequentemente não recebem capacitação adequada para abordar a temática da saúde mental. Há uma tendência a dissociar a saúde física da saúde mental, decorrente precisamente dessa lacuna formativa. Tal deficiência impede a compreensão de que assuntos sensíveis podem e devem ser trabalhados com os alunos por meio de uma relação baseada em afeto e colaboração entre os diversos agentes educacionais.

Embora não se esteja em contato direto com a comunidade surda para apreender as perspectivas das famílias, é perceptível que a sociedade em geral ainda manifesta um preconceito considerável em relação à saúde mental e nesse cenário, a escola desempenha um papel estratégico na desconstrução dessa barreira, promovendo a conscientização sobre o tema junto à comunidade. Essa iniciativa pode facilitar um ambiente onde as crianças se sintam mais seguras para expressar seus sentimentos e, conseqüentemente, receber o apoio necessário de seus educadores.

É imperativo que pais, sociedade e a instituição escolar permaneçam vigilantes ao desenvolvimento das crianças, assegurando que todas as suas necessidades sejam atendidas de maneira apropriada. Deve-se considerar que, além das necessidades comuns a qualquer criança, as crianças surdas requerem inclusão em uma sociedade e em uma comunidade surda que as aceite plenamente.

A formação de professores, tanto no ensino fundamental quanto no ensino superior, enfrenta questões semelhantes: o desafio de equilibrar o saber teórico-prático com o saber pedagógico. Uma abordagem multifacetada é essencial, envolvendo o fornecimento de treinamento e apoio qualificados aos docentes, o aumento dos recursos e do financiamento e, crucialmente, a reflexão sobre a prática.

Esta última deve estar intrinsecamente ligada às questões sociais, como a saúde mental dos alunos, fomentando a consciência de que, à semelhança da abordagem à saúde física é fundamental tratar as questões de saúde mental dessas crianças, sempre considerando suas identidades, cultura e a diversidade inerente ao dinamismo da educação.

No trabalho com crianças surdas, é fundamental que os professores tenham um sólido conhecimento da linguística da Libras e das teorias de aquisição de linguagem, além de dominarem estratégias pedagógicas adaptadas às particularidades desses alunos.

A atuação do professor deve ser colaborativa, envolvendo outros profissionais da educação (como intérpretes de Libras, gestores e psicólogos) e a família do aluno, formando uma rede de apoio para o desenvolvimento integral da criança surda. Nesse contexto, é relevante mencionar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) desenvolveu referências técnicas para a atuação de psicólogos na educação básica. Esse documento abrangente contempla a educação em todas as suas modalidades.

Nesse sentido, é importante que a(o) psicóloga(o) inserida em contextos educativos desenvolva grupos de trabalhos com professores, estudantes, familiares, equipe técnica, gestores e funcionários possibilitando que a temática do preconceito seja abordada promovendo a reflexão coletiva sobre barreiras atitudinais e arquitetônicas presentes no cotidiano escolar e suas formas de enfrentamento. (Conselho federal de psicologia ,2019)

Além do ambiente de sala de aula, a comunidade escolar, composta por gestores e funcionários, interage com os alunos em diversos contextos, permitindo a identificação de nuances comportamentais relevantes. Para atuar eficazmente com crianças surdas, esses profissionais demandam formação específica, essa capacitação deve transcender a mera compreensão dos conceitos de diversidade e inclusão, aprofundando-se na perspectiva de saúde como um constructo que integra as dimensões física, emocional e psicológica dos indivíduos.

8- Considerações finais

A presente investigação acerca da saúde mental de crianças surdas, em sua intrínseca relação com o contexto escolar, a família e a sociedade, reitera a complexidade inerente a essa temática.

A revisão bibliográfica me fez compreender as barreiras de comunicação, a carência de suporte emocional qualificado, o acesso restrito a serviços de saúde mental cultural e linguisticamente adequados, bem como a percepção de uma insuficiência de políticas públicas abrangentes para a comunidade surda, constituem obstáculos significativos que persistem na realidade brasileira para esse público.

Nesse cenário, a escola emerge como um espaço de potencial transformador, desde que devidamente preparada. A análise revela que a formação inadequada dos profissionais da educação em saúde mental, aliada a uma dissociação entre a saúde física e mental no ambiente pedagógico, limita a capacidade de acolhimento e intervenção. No entanto, ressalta-se o papel crucial da comunidade escolar na desconstrução do estigma social associado à saúde mental, fomentando um ambiente de maior segurança para a expressão emocional das crianças.

Compreendi também que para o avanço da saúde mental de crianças surdas, faz-se necessário uma abordagem multifacetada e colaborativa. É fundamental assegurar não apenas a infraestrutura e os recursos tecnológicos necessários para uma educação verdadeiramente inclusiva e bilíngue, mas também promover uma ampla conscientização sobre a cultura surda e a Língua Brasileira de Sinais. A intensificação da formação de professores e demais profissionais da educação em Libras e em metodologias de ensino bilíngue, a disponibilização de orientação psicológica para os pais no processo de aceitação da surdez, bem como a presença de psicólogos escolares proficientes em Libras ou com apoio de intérpretes, são ações proeminentes.

Ao integrar a língua, a cultura e a saúde mental nas práticas educacionais, e ao fortalecer a colaboração entre todos os envolvidos, o sistema de ensino e a sociedade estarão mais aptos a construir um futuro equitativo e promissor, garantindo que as crianças surdas recebam o suporte necessário para um desenvolvimento integral e saudável no Brasil.

9-REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. G. (org.). **Educação de surdos**: formação, estratégias e prática docente. Ilhéus, BA: Editus, 2015. 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC/>. Acesso em: 10 set. 2024.

ANCHIETA, E. V. B. Suicídio e surdez: A saúde mental não acessível. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 1-13, 2020.

BISOL, Cláudia; SPERB, Tania Mara. **Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 7-13, jan./mar. 2010. Acesso em 07 de maio de 2024.

BOWLBY, J. **Apego**: A Natureza do Vínculo. Vol. 1 – Trilogia Apego e Perda. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOWLBY, J.; AINSWORTH, M. D. S. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Trad. Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed., 2005 (2. tiragem 2008).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Fórum Nacional de saúde mental infantojuvenil**: recomendações de 2005 a 2012. Brasília: MS, 2014. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/108/68>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CABRAL GUIMARÃES, L. Saúde mental da pessoa surda no Brasil. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 3, p. 316–325, 2021.

Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21> acesso em 19 de abril de 2023.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica Brasília: CFP** https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em 18 de junho de 2025.

ESTANISLAU, G .M; BRESSAN, R A. (Orgs.). **Saúde mental na escola**: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FERNANDES, E. Língua de sinais e desenvolvimento cognitivo de crianças surdas. **Informativo Técnico-Científico Espaço INES**, [S. l.], v. 13, p. 48-51, 2000.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira **Principais Questões sobre Saúde Mental de Crianças: sinais de alerta para APS**. Rio de Janeiro, 04

mai. 2022. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/principais-questoes-sobre-saude-mental-de-criancas-sinais-de-alerta-para-aps/>>. Acesso em 18 de junho de 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2009.

GESSER, A. “**Um olho no professor surdo e outro na caneta**”: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. 2006. 219 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GESSER, A. **LIBRAS? que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GÓES, M. C. **Linguagem, surdez e Educação**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

Histórico da Educação do Surdo no Brasil. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1770>.

História do INES. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/acesso-a-informacao-1/institucional/conheca-o-ines>.

KARNOFF, Lodenir Becker; ZANINI, Joseane Veloso; POKORSKI, Juliana De Oliveira. **Narrativas sobre a docência na educação de surdos**. *The ESPecialist*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/esp/article/view/42965>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. ed.ufsc, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/?s=surdos>. Acesso em: 29 maio. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Martinez, A. M. (2010). **O que pode fazer o psicólogo na escola?** *Em Aberto*, Brasília 23(83),39-56.

MILLER, J. A. **O livro de referência para a depressão infantil**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2003.

Ministério da Saúde. **Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil**: recomendações de 2005 a 2012. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

Pereira, V.A. **Consultoria colaborativa na escola: contribuições da Psicologia para inclusão escolar do aluno surdo** / Tese de doutorado. -- São Carlos: UFSCar, 2009.

OCHRONOWICZ, I. **Sou surda e não sabia**. Filme. França: [Produtora do filme], 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vw364_Oi4xc.

OLIVEIRA, J. M. C. **Educação inclusiva em Salvador: Desafios e tensões na escola pública. Conexão com Ciência**, [S. l.], v. 1, p. 5, 2025.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2007.

QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R.; LEITE, T. A. (Orgs.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis: Editora Insular, 2013. Acesso em: 27 maio. 2025.

FERNANDES, E. O 'bi' em bilingüismo na educação de surdos. In: (org.). **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 26-36.

SANTOS, Anielle Cristine Farias Queiroz dos. **Vivência da parentalidade com filho surdo: desafios e possibilidades**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SÁ, N. R. L. de. Cultura, poder e educação de surdos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 272,2003.

Disponível em: <https://publicacoesfcc.emnuvens.com.br/cp/article/view/539>. Acesso em: 16 de junho de 2025.

Secretaria Municipal da Educação - SMED. Diretoria Pedagógica - DIPE. **Documento orientador: Educação especial na perspectiva inclusiva**. Salvador, 2025.

SILVA, C. M. d; SILVA, D. N. H. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, [online], v. 20, n. 1, p. 33-44, 2016. ISSN 2175-3539.

<https://www.scielo.br/j/pee/a/fHBjNHSPPFZVQwbXJwS4Qqg/?lang=pt>. Acesso em: 19 maio. 2025.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade**. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.24,n.2,p.29-45,jul./dez.1999.Disponível em :

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55373>.

Acesso em: 14 ago. 2025.

TURNER, O.; WINDFUHR, K.; KAPUR, N. Suicídio em populações surdas: uma revisão da literatura. **Annals of General Psychiatry**, [S. l.], v. 6, n. 26, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1744-859X-6-26>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Obras completas**. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia. Havana: Editorial Pueblo Y Educación, 1989